

A influência da convenção europeia dos direitos do homem na reforma do contencioso administrativo português

RESUMO:

Perante a entrada em vigor em Portugal do novo Estatuto do Tribunal Administrativo e Fiscais do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, impõe-se avaliar até que ponto o novo contencioso administrativo português acompanha as directrizes da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Nessa sequência, esta contribuição destina-se a avaliar este índice de (des) conformidade, nomeadamente no que respeita à tutela jurisdicional efectiva.

ABSTRACT:

Before the entrance into force in Portugal of the new Statute of the Administrative and Fiscal Courts and the Code of Administrative Procedure, one should evaluate in which the provisions of the European Convention on Human Rights. Therefore, this contribution is aimed at evaluating this index of (dis) agreement, namely in what the effective legal assistance is concerned.